

Decisões que estimulam a inflação

O governo está estimulando a demanda para combater a recessão que começa a instalar-se mas o que vai conseguir é estimular a inflação, avverte o economista Ruben Dario Almonacid, analisando as decisões do Conselho Monetário Nacional de ampliar o crédito ao consumidor, subsidiar novas linhas de crédito às empresas, eliminar tarifas bancárias e reduzir o Imposto de Renda das pessoas físicas, seja alterando a tabela de fonte, seja dilatando o prazo de pagamento do imposto na declaração.

Almonacid, ex-presidente da Divesp-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado de São Paulo e professor da FEA-USP, antecipou-se por duas vezes nos últimos meses: 1) ao prever, em janeiro, que o País entraria numa rápida desaceleração econômica seguida de uma recessão, que o governo teme agora; e 2) ao criticar o nível exagerado de juros praticado pelo Banco Central, uma política já alterada depois que a Letra do Banco Central (LBC) chegou a render, em fevereiro, 6 pontos de percentagem acima da inflação, exacerbando os juros reais.

Para o economista, o objetivo fundamental da política econômica é promover o equilíbrio entre a oferta e a demanda agregada, na busca do pleno emprego dos fatores de produção. Só que ao estimular a demanda, mas não a oferta, as autoridades não conseguirão deter o processo recessivo, que é dramático nas avaliações que levam em conta dados projetados a partir dos números atuais. Com efeito, em projeções anualizadas e dessazonalizadas, o crescimento da indústria segundo a Fundação IBGE já é negativo de 14,1%, chegando a 38,3% negativos no caso de bens duráveis; a evolução monetária é de -32% no caso da base monetária e de -45% nos meios de pagamento; o crescimento do valor dos títulos protestados foi de 3.614,2% em fevereiro; a massa salarial real já declinava de 0,4% em novembro. E é crítica a evolução do superávit comercial, pondo a perder o balanço de pagamentos.

Confirmado o caminho para uma recessão, as decisões do Conselho Monetário desprezaram o que Almonacid entende como os dois problemas fundamentais da economia brasileira: 1) o agravamento das distorções nos preços relativos, inclusive a taxa de câmbio, e 2) as incertezas acerca dos próximos passos das autoridades econômicas, ou seja, se o País pretende praticar uma economia de mercado ou então, se a opção será feita por uma economia planificada.

O ex-presidente da Divesp parte do princípio de que em fevereiro de 1986, no momento da adoção do Plano Cruzado, havia um relativo equilíbrio nos preços relativos, de tal forma que o mercado incumbisse de estimular o suprimento. Esse equilíbrio dinâmico foi, entretanto, rompido em

face de substanciais evasões de alguns preços (como combustíveis, automóveis, tarifas de transporte urbano — ônibus e táxis), enquanto outros produtos tinham seus preços fixados abaixo do custo. É preciso não ter ilusões, lembra o economista, quanto ao fato de que a decisão de produzir e, antes dela, a de investir, dependem da existência de lucro, sem o qual a oferta torna-se insuficiente e ocorre um desarranjo nos mercados, o que se verifica, por exemplo, nesta fase.

Almonacid entende que a política monetária, que era exageradamente contracionista, entrou num caminho mais adequado, embora deva ser objeto de acompanhamento constante. Mas os custos das empresas continuam sendo puxados, segundo o professor da FEA-USP, por salários, ameaças de reongelamento, expectativas negativas, criando-se forças que deprimem a oferta. "Se você aumenta os custos e o mercado não tem condições de permitir seu repasse, caem os lucros e reduz-se a oferta."

Uma das advertências ao governo, hoje, é relativa à percepção de que as decisões atuais influenciam a economia não imediatamente, mas a prazo, "e o governo não está vendo o que irá ocorrer adiante". Por quê? "Há uma visão imediatista — responde. O governo exagerou no aperto e agora exagera na liberação". O maior exemplo disso é que os preços, antes das decisões da semana passada, já começavam a mostrar desaceleração de crescimento. Os estímulos, portanto, deveriam ocorrer mais na esfera dos preços do que do crédito, observando-se setores — como de calçados, em parte produzidos em Franca — em agudo desequilíbrio.

— A função fundamental do governo é hoje decidir se teremos ou não uma economia de mercado — em que sobreviverão os eficientes. O mercado permite a alocação descentralizada dos recursos, e assim é possível voltar a um regime onde não haja escassez. A economia de mercado promove o abastecimento.

Almonacid avverte para o conceito de que, hoje, "não é aumentando os salários que se vai evitar a recessão". E teme a transferência de problemas para o futuro, ante fatos como o de que em 1987 há uma supersafra agrícola, mas faltam preços; e portanto, não havendo disposição de investir, a situação poderá inverter-se em 1988. "A supersafra atual — recorda — é uma consequência do passado, não do presente. Ela foi determinada pela decisão de plantar em 1986".

Um risco a mais está em aumentar os subsídios ao crédito neste momento: isto poderá elevar substancialmente o déficit público, desarranjando também a política fiscal.

Fábio Pahim Jr.